

Persecução
penal
e interesses
supraindividuais
diálogos com o processo coletivo

Thadeu Augimeri
de Goes Lima





Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.

Copyright © 2020, Thadeu Augimeri de Goes Lima.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Leticia Robini (Imagem de Henrik Damnestad, por Unsplash [modificada])
<i>Diagramação</i>	Nathalia Torres

1176333

Catálogo na Publicação (CIP)

L732 Lima, Thadeu Augimeri de Goes
Persecução penal e interesses supraindividuais : diálogos com o processo coletivo / Thadeu Augimeri de Goes Lima. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
332 p.

ISBN 978-65-5589-037-2

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio.....	15
Apresentação.....	19
Introdução.....	23
1. Pluritutela jurídica dos interesses difusos e coletivos no direito brasileiro.....	29
1.1. Interesses supraindividuais: do mundo fático ao mundo jurídico.....	29
1.2. A emergência dos interesses difusos e coletivos no século XX.....	37
1.3. Interesses difusos e coletivos na experiência jurídica brasileira: breve nota sobre a sua evolução legislativa e doutrinária.....	45
1.3.1. Do século XIX aos anos 1960.....	45
1.3.2. Dos anos 1970 até hoje.....	49
1.4. Pluritutela jurídica dos interesses difusos e coletivos.....	59
1.4.1. Suporte fático, incidência múltipla e cumulação sancionatória.....	59
1.4.2. Ilícito, sanção e responsabilidade nas perspectivas penal e civil e os interesses difusos e coletivos.....	69
1.4.3. Reparação do dano <i>ex delicto</i> : espécies, sistemas de coordenação e a posição do Direito brasileiro.....	81
1.4.4. O diálogo das fontes como método de coordenação sistemática e funcional da pluritutela jurídica dos interesses difusos e coletivos.....	86

2. Processo Coletivo e Direito Penal Supraindividual em defesa dos interesses difusos e coletivos	95
2.1. Tutela jurisdicional dos interesses difusos e coletivos: traços essenciais do microsistema processual coletivo brasileiro.....	95
2.1.1. Objetos da tutela jurisdicional coletiva: interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	95
2.1.2. Ações coletivas: a legitimação para agir.....	105
2.1.3. A coisa julgada coletiva.....	112
2.1.4. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta.....	121
2.2. Direito Penal Supraindividual no ordenamento jurídico brasileiro.....	125
2.2.1. O Direito Penal e a função de tutela subsidiária de bens jurídicos essenciais.....	125
2.2.2. Dignidade penal e carência de tutela penal dos bens jurídicos difusos e coletivos e a problemática da antecipação da intervenção penal.....	133
2.2.3. Características e classificações dos bens jurídico-penais supraindividuais.....	147
2.2.4. Panorama legal do Direito Penal Supraindividual no Brasil.....	157
2.2.5. Breves apontamentos sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas no Direito Penal Supraindividual brasileiro.....	167
3. Persecução penal e interesses difusos e coletivos: construindo diálogos com o processo coletivo	179
3.1. Processo Penal e bens jurídico-penais difusos e coletivos: panorama legal e paralelos com o microsistema processual coletivo.....	180
3.1.1. Código de Processo Penal.....	185
3.1.2. Lei 1.521/1951.....	187
3.1.3. Lei 7.492/1986.....	190

3.1.4. Lei 7.716/1989.....	197
3.1.5. Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).....	199
3.1.6. Lei 9.605/1998.....	200
3.1.7. Lei 12.850/2013.....	203
3.2. Construindo diálogos entre a persecução penal e a tutela jurisdicional coletiva.....	211
3.2.1. Diálogos gerais.....	212
3.2.1.1. Prejudicialidade heterogênea.....	213
3.2.1.2. Prova emprestada (compartilhamento probatório).....	223
3.2.2. Diálogos especiais.....	233
3.2.2.1. Justiça penal consensual.....	234
a) Composição civil na esfera criminal.....	235
b) Transação penal.....	242
c) Suspensão condicional do processo.....	246
d) Colaboração premiada.....	249
e) Acordo de não persecução penal.....	255
3.2.2.2. Acusação coletiva.....	262
a) Acusação coletiva coadjuvante: a assistência coletiva.....	266
b) Acusação coletiva subsidiária: a ação penal coletiva subsidiária.....	271
c) Sobre a aplicação analógica do art. 80 do CDC a infrações que atinjam outros bens jurídicos difusos e coletivos.....	277
3.2.2.3. Eficácia civil coletiva e execução coletiva da sentença penal condenatória.....	279
Considerações conclusivas.....	291
Referências.....	297